

'Bíblia' da economia vai sair em janeiro

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Quando regressar do Maranhão, dia 4 de janeiro, o presidente José Sarney encontrará em sua mesa de trabalho o esboço de um miniplano econômico de emergência, contendo sete ou oito princípios básicos que deverão ser seguidos daqui por diante, visando à recuperação nacional. Não se trata de normas específicas ou detalhadas, mas de enunciados gerais, que, se aprovar, o presidente apresentará como roteiro ao novo ministro da Fazenda, a ser escolhido no mês que vem.

O miniplano está sendo coordenado por um grupo de ministros e auxiliares presidenciais que se dedicam a pedir sugestões a economistas e a empresários. Ronaldo Costa Couto, Ivan de Souza Mendes, Antônio Carlos Magalhães, Jorge Murad, Miguel Ethel e outros, nestes dias de festas de Natal e ano-novo, vêm contactando experts em economia e gente ligada à atividade empresarial. Entre esses está o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, acionado esta semana e disposto a emprestar sua colaboração. Citam-se, também, o professor Paulo Rabello de Castro e o diretor do Bradesco, Daniel Valente Dantas.

A idéia fundamental, que Sarney deixou a cargo de seus assessores, é chegar a um elenco de princípios fundamentais que o novo ministro da Fazenda deverá adotar como bíblia. Para ser convidado oficialmente, precisará ter aceito e acoilar-se a essas linhas-base. Pela primeira vez no atual governo, não haverá um plano do ministro da Fazenda, por ele preparado e oferecido ao presidente da República, mas precisamente o inverso: um plano do presidente da República, que o ministro da Fazenda seguirá e aplicará.

Desestatização, contenção dos gastos públicos, redução do déficit, abertura ao capital estrangeiro que pretenda investir no País, incentivo aos investimentos do capital nacional, redução de obstáculos ao comércio internacional, zonas de exportação e outras normas genéricas estão em pauta, ainda que nada se possa adiantar concretamente, pois essa equipe informal de assessoramento ao presidente mal acaba de ser formada.

O fato, de que se dá notícia preliminar, significa o distanciamento definitivo de Sarney da política econômica do PMDB. Nenhum dos economistas do partido do dr. Ulysses Guimarães foi chamado a colaborar. Entende-se, no Palácio do Planalto, estar encerrado o ciclo de influência das teses peemedebistas. Admite-se, paralelamente, outras formas de tratamento da dívida externa, permeáveis a um entendimento amplo com os credores e com o governo dos Estados Unidos.

O presidente não se fixou, ainda, no perfil do novo ministro da Fazenda, exceção à exigência de que precisará seguir o miniplano. O ideal, para Sarney, seria a escolha de um empresário, destacando-se os nomes de Olavo Setúbal, Paulo Cunha e Jorge Gerdau Johannpeter, entre outros. Está aberta a hipótese da efetivação de Matílson da Nóbrega, ou do aproveitamento de algum

técnico do atual governo, como Andrea Calabi e Camilo Calazans. Num faixa intermediária, pois é empresário e funcionário público, está o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Marcellio Marques Moreira. Não pode ser afastada, também, a possibilidade do deslocamento de Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil. Por enquanto não adianta especular muito, pois Sarney embarcou para São Luís decidido a só escolher o sucessor de Bresser Pereira quando voltar, e após haver examinado em detalhes o miniplano.

Haverá consequências políticas. Por coincidência chega ao Brasil, no mesmo dia 4, o presidente do PMDB e da Assembléia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães. Ao viajar para Nova York, ele deixou claro que o partido, pela sua direção, não pleitearia e até recusaria convites, se fossem feitos, para participar da indicação do novo ministro da Fazenda. Disse que o pensamento peemedebista enquadrar-se nas propostas malogradas de Bresser Pereira. Se não foram aceitas, e pior ainda, se rejeitadas, não haverá como o PMDB ligar-se ao que vier a ser feito de agora em diante. Bresser era e é um dos ideólogos do partido, com participação ativa na redação de seu programa, militante há 20 anos, desde os tempos do antigo MDB. Não será abandonado.

Vai dar bolo essa posição de Ulysses Guimarães, que não fala em rompimento nem em confronto, mas, apenas, em dissociação. Porque, no Ministério, entre os 17 ministros vindos do PMDB, pelo menos três rezam pela cartilha de seu presidente Renato Archer, da Previdência Social, Luiz Henrique, da Ciência e Tecnologia, e Celso Furtado, da Cultura. Este mantinha certas divergências com Bresser Pereira, pois, como economista, há muito vem apontando a necessidade do realismo, ou seja, de sacrifícios em todos os planos. Chegou a sustentar, dias atrás, numa roda de amigos, que o Brasil só sairá da crise se adotar uma espécie de economia de guerra, nos moldes daquela que os Estados Unidos adotaram a partir de 1941. Para isso seria imprescindível a participação do Congresso Nacional, com a definição das linhas gerais de uma estratégia que importaria a todos, e, por igual, cotas de sacrifício.

Mesmo assim, a situação desses três ministros não será cômoda. Concordarão com essa espécie de "guinada para o liberalismo", em gestação no Palácio do Planalto? Quando os principais líderes da esquerda do partido iniciarem a inevitável barragem de fogo contra a nova política econômico-financeira, poderão silenciar?

Imagina-se uma razoável reforma do Ministério para logo depois da promulgação da nova Constituição, mas tudo indica que ela poderá ser antecipada. Ignora-se quando o novo texto constitucional será votado e aprovado, indicando as previsões mais otimistas que nunca antes de abril. Ficará difícil a determinados ministros permanecer durante esse tempo. Como, no reverso da medalha, vai ficar fácil ao PMDB enfiar uma cunha no Centrão, por conta do espírito de corpo partidário. Essa, porém, é outra história, que fica para mais tarde. C.C.